



Estudo Prévio #DOIS – Arquiteto Emergente - Editorial

Filipa Ramalhete

framalhete@autonoma.pt

CEACT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa e CICS.Nova – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

João Caria Lopes

joaocarialopes@gmail.com

CEACT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal

Para citação: RAMALHETE, Filipa; LOPES, João Caria – Estudo Prévio 2 – Arquiteto emergente - Editorial. **Estudo Prévio** 2. Lisboa: CEACTION/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2013. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprevio.net].

Creative Commons, licença CC BY-4.0: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Durante a Guerra Fria, o mundo foi subdividido em três categorias diferentes que agrupavam países consoante a sua aliança: Primeiro Mundo (Estados Unidos, Europa Ocidental, África do Sul e Austrália), Segundo Mundo (união Soviética, Japão e Cuba) e Terceiro Mundo (África, Médio-Oriente e América do Sul). Esta denominação foi alterada com a queda da União Soviética para uma distinção económico-social que continuava a dividir o mundo em três partes, mas agora como Países Desenvolvidos, Países em Vias de Desenvolvimento e Países Subdesenvolvidos. Atualmente, embora nenhuma destas divisões seja consensual entre as diversas organizações mundiais, todas se regem por diferentes indicadores estatísticos que estabelecem diferentes relações (económicas, sociais, humanas, políticas) entre países – o que inevitavelmente nos leva a significações como Países Desenvolvidos e Países Emergentes. Nos dias de hoje a lista de Países Emergentes do FMI (Fundo Monetário Internacional) inclui cerca de 150 países, desde a Etiópia e o Iémen à Croácia e ao Brasil.

Os países com economias emergentes são e serão sempre terreno fértil para novas propostas, novos projetos, possibilitando a concretização de muitas hipóteses teóricas e até projetos, que à partida, pareciam muito difíceis de viabilizar. Nos últimos vinte anos temos assistido, a nível mundial, ao desenvolvimento e crescimento económico de vários países – a China, os Emirados Árabes Unidos, e mais recentemente, Angola e o Brasil, entre outros – e acompanhando esse mesmo crescimento esteve sempre a possibilidade de se concretizar um sem número de projetos e propostas para um



século novo...

Num momento em que maior parte dos nossos arquitetos estão a emigrar, ou a trabalhar a partir de Portugal para países emergentes, propusemos neste número abrir o debate adiado sobre o tipo de atuação dos Europeus em países emergentes e também sobre o tipo de encomenda feita a partir de lá, ou seja, sobre o tipo de interesse, desses mesmos países emergentes na atuação dos profissionais emigrantes ou profissionais em modo de “controlo-remoto”. Para uma nova geração de arquitetos, liberta do passado colonial, o desafio pessoal de trabalhar em países, onde poderão ter até a língua em comum, alia-se à oportunidade profissional de ver os seus projetos construídos. No entanto, ainda que – tal como refere José Adrião na entrevista deste número – os jovens arquitetos se encontrem bem preparados, do ponto de vista técnico e conceptual, na hora do confronto com a realidade, surgem muitas dúvidas e questões: que arquitetura fazer nestes contextos e como? A atuação que é esperado do arquiteto é a de profissional “estrangeiro”, agente da modernidade, ou antes de um profissional que integra modelos e promove continuidades? Como se ultrapassam as barreiras existentes (linguísticas, culturais, técnicas e inclusive a própria escala dos territórios)? Como tirar partido de tudo aquilo que pode ser inovador e potencialmente interessante em territórios em construção?

Curiosamente, os artigos recebidos pela estudoprevio.net estão em sintonia e descrevem e refletem sobre um tipo de atuação mais participado e colaborativo como método de projeto. Tanto o arquiteto Luca Astorri, que atualmente colabora com ONG em países como o Brasil e a Nigéria, como o arquiteto Paulo Moreira, em Angola, e como a arquiteta Raquel Henriques defendem o trabalho de campo e a como a melhor maneira de conhecer realmente o território e os seus habitantes e veem nessa mesma atuação o melhor processo de projeto, ao contrário do normal procedimento, assente no processo plano urbanístico/arquiteto/projeto encomendado ou concursado.

No final, teremos sempre territórios construídos. Resta saber como.